

PROCESSO	- A.I. Nº 07703198/01
RECORRENTE	- BOMBONIERE MASCARENHAS LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JJF nº 2039-03/01
ORIGEM	- IFMT-DAT/NORTE
INTERNET	- 20.02.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0053-12/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. MULTA. Infração comprovada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado pela fiscalização do trânsito, em 07/05/2001, exige multa de R\$400,00 por estar, segundo o autuante, o estabelecimento funcionando com a inscrição cadastral nº 04.567.800, cancelada desde 06/03/2001, conforme Termo de Visita Fiscal, Intimação e demais documentos anexos.

Inconformado com a decisão contida no Acórdão nº 2039-03/01, da 3ª JJF, que julgou PROCEDENTE o lançamento em discussão, por entender que a infração restou comprovada, o autuado entra com Recurso Voluntário onde diz que:

1 – Teve sua inscrição cancelada pelo fisco, de forma absurda, pois cumpria à fiscalização cientificar o recorrente desse cancelamento, estabelecendo prazo para sua regularização. Ocorre que só foi intimado para regularizar sua inscrição cadastral em 07/05/2001, embora tenha tido sua inscrição cancelada em 06/03/2001.

2 – Após intimado, compareceu em 48 horas à Inspetoria demonstrando a improcedência do cancelamento, vez que já havia solicitado autorização para o uso do Equipamento de Cupom Fiscal, o que motivou a Autoridade Fiscal a Reinclusão de Ofício da sua Inscrição Estadual, vez que não havia razão para que tivesse o cancelamento da mesma.

3 – O comportamento do fisco violou os princípios constitucionais da hierarquia das normas, da propriedade, inclusive dos meios de produção, da livre iniciativa e da isonomia, da ampla defesa e do contraditório.

4 – A reinclusão da sua inscrição no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia deu-se de ofício não sendo verdade a afirmativa feita, quando do julgamento, de que teria pedido reinclusão da mesma em 07/05/2001.

Ao final o autuado pede pela Improcedência do Auto de Infração.

A PROFAZ em seu Parecer, após análise, opina pelo IMPROVIMENTO do Recurso por entender que cabe ao fisco proceder o cancelamento da Inscrição Estadual quando o contribuinte não estiver utilizando o equipamento ECF obrigatório.

VOTO

O recorrente não trouxe ao processo a prova de que teria apresentado ao fisco a solicitação para uso do ECT, como dito no Recurso. Do documento de fl. 04 do processo verifica-se que a inscrição foi cancelada em 06/03/2001, bem antes da lavratura do Auto de Infração. Sendo assim, por não ter o recorrente comprovado suas alegações, só resta concordar com o julgamento feito pela Junta de Julgamento Fiscal.

Voto, pois, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **07703198/01**, lavrado contra **BOMBONIERE MASCARENHAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$400,00**, prevista no art. 42, XV, “f”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ